

# O mito de Adão e Eva revisitado: acerca do masculino e do feminino na cultura da nação<sup>1</sup>

---

*Maria Bernardete Ramos*  
Departamento de História – UFSC

O Criador ordenou para esse fim [a maternidade] todas as qualidades do ser próprio da mulher: o seu organismo, o seu espírito e, sobretudo, a sua sensibilidade...<sup>2</sup>

A frase em epígrafe introduz bem a questão deste ensaio. Ao ser pronunciada por Sua Santidade, o Papa Pio XII, o enunciado que encerra assume ainda maior credibilidade. Define a mulher como uma unidade tripartida: *física* – o corpo; *espiritual* – imagem e semelhança de Deus; *sensibilidade* – personalidade.

No outro lado do Atlântico também Plínio Salgado – chefe da Ação Integralista Brasileira – AIB – afirmou que a mulher, na sua *plenitude biológica e espiritual*, realizar-se-ia na maternidade. “Toda ação da mulher no meio social tem de proceder desta função – a maternidade”<sup>3</sup>. O homem, como ser genérico, era concebido, por Plínio Salgado, numa tridimensionalidade. Primeiro, em seu corpo; segundo em sua subjetividade, seu espírito, imagem e semelhança de Deus; em terceiro lugar como realização social na fusão das faculdades corporais e espirituais. Mas o ser genérico encontrava-se partido em sua natureza biológica e em seus dons divinos.

Deus fizera o homem e a mulher diferentes na essência, quando, *à sua imagem e semelhança*, nasceu Adão e, da sua costela, Eva. Para Adão, Deus teria dito: “tu tirarás dela (da terra) o sustento com muitas fadigas todos os dias da tua vida...” E à mulher: “em dor parirás teus filhos, e estarás sob o poder do teu marido, e ele te dominará”<sup>4</sup>. De que forma o mito de Adão e Eva, ou o mito das esferas separadas – uma das pressuposições de nossa cultura<sup>5</sup> –, encontra-se nos enunciados do Papa, chefe da Igreja Católica, e de Plínio Salgado, chefe do Integralismo Brasileiro, dois sujeitos sociais aparentemente distantes no espaço e aparentemente em funções sociais diferentes? Como a arquitetura milenar de gênero sob o paradigma de Adão e Eva é re-atualizada por esses dois dirigentes espirituais?

O grande feixe de questões, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, intersecta gênero e reprodução da prole no campo em que as nações empreenderam políticas populacionais no âmbito da configuração étnica de cada país. A maternidade tornou-se, então, o campo discursivo, em que o corpo, a alma e a personalidade da mulher se viram constrangidos numa armadura do papel de gênero prescrito para sua estrutura biológica.

O nacionalismo, com seu cortejo de práticas e discursos – militarismo, industrialismo, racismo –, que se instaurou no Ocidente no período que vai da segunda metade do século XIX até os regimes fascistas e estado-novistas, de modo geral, embora não da mesma forma e nem na mesma intensidade, constituiu a chamada *era das etnias*<sup>6</sup>, época de criação e afirmação das nações modernas. A nação confundiu-se com a raça e, esta, qualificada e classificada pela estética do corpo e do caráter do indivíduo, configurava o *status* do progresso e do desenvolvimento nacional. A crítica do Liberalismo nos países democráticos e a instalação dos regimes totalitários implicou na transferência da *auto-perfectibilidade* individual para a *perfectibilidade* da nação como sujeito coletivo<sup>7</sup>. Nesse quadro insere-se a *cultura da etnicidade*, na qual o indivíduo se viu contido em sua potencialidade e expansão por estruturas rígidas, instituições disciplinares, governos raciais, para centrar a pessoa do indivíduo numa identidade corporal que se expressasse no sexo, na cor, na classe, na idade, na saúde, na forma e movimento do corpo<sup>8</sup>.

Ora, se o nacionalismo, com seu velho patriarcado, já era masculinista, ao excluir as mulheres do direito ao voto e à vida pública, cujo correspondente culto à domesticidade, piedade, pureza e submissão marcou a história das mulheres<sup>9</sup>, a etnicidade ganha fóruns de políticas comportamentais. O corpo, branco, belo e saudável, a conduta sexual, a fisiologia das mulheres passaram para o centro das discussões sobre o uso e a função do sexo. Uma sexualidade indisciplinada e irregular – isto também diz respeito aos homossexuais –, teria duas ordens de problemas para a *perfectibilidade* da raça: o corpo desregrado sexualmente seria atacado por doenças; o desviado sexualmente teria uma descendência perturbada, degenerada, colocando em risco o futuro e a identidade da Nação<sup>10</sup>.

Se o feminismo, o trabalho na indústria e no comércio, a educação das meninas, desde as últimas décadas do século XIX, vinham enfraquecendo as fronteiras das esferas separadas, agora, nas décadas de 30 e 40 do século XX, um reforçado discurso sobre mulheres tentava reduzi-las à função do lar, educadoras e formadoras dos futuros cidadãos, como ainda as genitoras dos filhos da Nação. Victoria de Grazia, em *How Fascism Ruled Women*, afirma que o regime de Mussolini empenhou-se pelo retorno das mulheres à casa, especificamente ao lar e pelo retorno da autoridade patriarcal, confinando as mulheres ao destino de ser mães. Entretanto, o fascismo italiano condenou as práticas sociais conectadas com a emancipação da mulher – desde o direito ao voto até o trabalho fora do lar. A intenção era a de extirpar toda e qualquer atitude ou comportamento que representasse igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Nesse processo, as instituições ordenaram novas formas de envolvimento social que recolocassem as velhas noções de maternidade e paternidade, de feminilidade e masculinidade. A reestruturação das relações de gênero foi, *palmo a palmo*, recolocada em consonância com a ordem econômica e política. Na verdade, diz Victoria de Grazia, tanto a diversidade étnica como a emancipação feminina foram identificadas como obstáculos ao progresso. As políticas biológicas foram facilmente fundidas num anti-feminismo e num anti-semitismo<sup>11</sup>.

A Igreja Católica, por sua vez, empenhava-se pela sua restauração depois das vagas anti-clericais que transcorreram durante o

século XIX. Pensadores e políticos europeus estavam convencidos de que o papado e o catolicismo chegavam ao fim. Governos de diversos países restringiram a ação dos sacerdotes. Separaram a Igreja do Estado, secularizaram o ensino e o casamento, legislou-se sobre o divórcio. Embora, em linhas gerais, os programas eugênicos nos principais países católicos não tenham contado com a aprovação da Igreja Católica, as discussões em torno do corpo, gênero e natalidade intensificaram um discurso masculino que re-atualizava visões do Cristianismo, na medida em que estabelecia laços entre a dignidade espiritual, o sentido de beleza e *limpeza* corporal e a conduta moral, especialmente a sexual. A Igreja Católica combatia a vida moderna, o comunismo, os grupos financeiros, o utilitarismo, o capitalista, o protestantismo – “causadores” da queda da Igreja e do declínio do poder papal. O nacionalismo, como força pelo domínio integral da nação, tinha o apoio dos movimentos católicos, que cerravam fileiras contra as “castas estrangeiras”, identificadas com o avanço do materialismo e a crise dos valores cristãos. E, embora as noções de origem racial ou nacional não tenham sido questionadas na assimilação de novos fiéis, o anti-judaísmo cristão que vinha da tradição, da crença de que os judeus tinham matado Jesus, não deixava de dar um certo tom que se expressava, no mínimo, pelo silêncio a respeito das ondas anti-semitas.

Ao inserir, portanto, Pio XII e Plínio Salgado na mesma rede discursiva, amplia-se o campo de análise do nacionalismo e seus ingredientes: a tentativa de retorno à antiga ordem, a etnicidade, o fascismo, o militarismo. Nos deteremos no fascismo, primeiro como fenômeno singular, por concebê-lo como parte integrante da cultura ocidental da primeira metade do século XX. Os fascismos representam os casos extremos de nacionalismo<sup>12</sup>, mas antes de se tornar uma força política, por meio de partidos e regimes políticos, foi um fenômeno cultural.

Nos últimos 20 anos, as pesquisas e interpretações têm inserido a idéia de que os termos cultura e fascismo não são incongruentes. De acordo com Zeev Sternhell, o crescimento dos fascismos foi um dos aspectos da revolução intelectual, científica e tecnológica sobre o continente europeu nas primeiras décadas do século XX. O

fenômeno representou a rejeição da cultura do século XIX: o liberalismo, o marxismo, o positivismo e a democracia, de forma que emergiu na virada do século e se desenvolveu nas décadas de 20 e 30. A ideologia fascista representou a síntese do nacionalismo orgânico com seu anti-materialismo, anti-individualismo, anti-racionalismo. O fascismo, portanto, foi uma cultura política de rejeição às heranças do Iluminismo e, conseqüentemente, de criação de uma estrutura alternativa, intelectual, moral e política, a qual era vista como a única possibilidade de assegurar a continuidade da sociedade humana. Tratava-se de trazer soluções para o que concebia como desastre da modernidade, especialmente a atomização das sociedades, mergulhadas nas lutas de classe e na alienação do indivíduo frente à economia de mercado. Segundo o autor citado, o Fascismo italiano não pode ser identificado ao Nazismo germânico, dada à concepção determinista biológica deste último. A base do Nazismo foi o racismo no mais extremado sentido e a oposição aos judeus foi mais forte que o anti-comunismo. No entanto, o racismo não foi exclusivo do Nazismo. No final do século XIX, o determinismo biológico se desenvolvera em vários outros países e não só na Alemanha<sup>13</sup>.

Abordaremos, agora, o caso brasileiro, a Ação Integralista Brasileira, em sua matriz espiritualizante. Ao se organizar como partido político e como sociedade civil, o integralismo brasileiro empenhava-se por uma terceira via, o nacionalismo, para driblar tanto o capitalismo quanto o socialismo, idênticos, segundo sua pregação, pela concepção materialista da vida. A busca da especificidade do integralismo brasileiro, como movimento fascista, insere-se numa sociedade capitalista periférica, que ostentava a *fantasmagoria de uma utopia autonomista em relação às nações capitalistas heterogêneas*. O contexto de dependência, no qual se moviam os *camisas-verdes*, não impediu, contudo, a apropriação dos fascismos europeus como um “arremedo às claras, mesmo que no limite, inconfesso”<sup>14</sup>.

Plínio Salgado, chefe do integralismo brasileiro, começou sua carreira política em 1927, como deputado estadual, pelo Partido Republicano Paulista. Em 1930 viajou pela Europa e entrevistou-se, na Itália, com Mussolini, o qual lhe causara forte impressão. Suas idéias

fascistas iriam tomar corpo em 1932, quando fundou a AIB (Ação Integralista Brasileira), estruturada como movimento político, de cunho doutrinário, nacionalista e espiritualizante. Conseguiu reunir grande massa de adeptos até ser dissolvido em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas. Os membros do partido usavam a letra grega *sigma* – sinal matemático de soma ou produto integral –; uniforme, que constava de calça escura e camisa verde – obrigatório nos cerimoniais e desfiles –; e a saudação com a palavra tupi *anauê* (salve ou ave). Deus era saudado com quatro *anauês*, o chefe nacional – Plínio Salgado – com três, os chefes provinciais com dois e os municipais com um<sup>15</sup>.

### A virilização da raça

Ao ser tratado o fascismo no leque amplo de abordagens culturais – uma complexidade política e cultural, nacionalista, da primeira metade do século XX – será legítimo inserir nele um fenômeno de construção de identidade sexual ou de gênero? Se é no campo da *regeneração da raça*, que se intersecta gênero e etnicidade e que o discurso nacionalista-fascista, ao adotar o conceito da hereditariedade saudável<sup>16</sup>, dá um substancial reforço à disciplina da sexualidade das mulheres e dos homossexuais<sup>17</sup>, o fascismo pode ser considerado a ideologia da superioridade masculina, radicalizada ou mesmo absoluta. Um masculinismo que se expressa no profundo medo do feminino, da feminização e do homossexualismo masculino, e numa violenta rejeição à mulher não-subserviente, ou à mulher que não correspondesse ao modelo ideal de feminilidade. “Fascism, it would appear, is in its most basic configuration a masculine – indeed, a pathologically masculine – ideology”<sup>18</sup>. Como David Carrol tem concluído, o fascismo em geral pode ser considerado uma ideologia masculinista ao extremo, relacionada aos nacionalismos vigentes à época. A autora afirma que o nacionalismo é um essencial ingrediente do fascismo e desde que o nacionalismo é sexista ou encerra a dinâmica de gênero não é surpresa dizer-se que o fascismo é também sexista (“The fascism too is gendered”)<sup>19</sup>.

Muitas das mais recentes definições de fascismo enfatizam seus princípios masculinos, tendo em vista sua natureza de dominação

masculina, acompanhada por um sólido coro de anti-feminismo e misoginia. O fascismo foi e é permeado por sexismo e misoginia<sup>20</sup>. Kaplan, em seus estudos na linha de gênero, conclui:

Fascist subjects are virile, phallic, their devotion to the language they learn is total, boundary less, and the language itself is a maternal one. In order for the state to generate a whole new type of man [...] it has to female. Its subjects are men; fascism itself is a woman, a new mother<sup>21</sup>.

Um bom número de trabalhos de história tem abordado este assunto, especialmente no Nazismo germânico e no Fascismo italiano. Claudia Koonz – *Mothers in the Fatherland* – e Victoria de Grazia – *How Fascism Ruled Women: Italy 1922-1945* – desenvolveram exaustiva pesquisa sobre os papéis sociais femininos nos regimes fascistas, bem como sobre a política sexual dirigida a elas<sup>22</sup>. Um dos trabalhos de grande impacto foi *Male Fantasies*, dois grossos volumes, publicados em 1978, na Alemanha, de autoria de Klaus Theweleit<sup>23</sup>. Embora com restrições ao uso que o autor faz da concepção de gênero, equivocada, de acordo com a análise detida de Melanie Hawthorne e J. Richard Golsan (1997), é significativo o número de questões e discussões teóricas referentes à relação entre gênero e fascismo.

Segundo George L. Mosse, a idéia de masculinidade era básica para a ideologia do nacionalismo. A masculinidade era evocada para resguardar a ordem contra os *perigos da modernidade* e a distinção, clara, entre os cidadãos de *boa conduta moral* e aqueles considerados *anormais* – os doentes mentais, os homossexuais, os criminosos. Mas, a masculinidade era também evocada como o símbolo do espírito da nação e de sua vitalidade material<sup>24</sup>. A atitude do fascismo sobre a sexualidade não foi simplesmente uma forma de opressão. Os princípios fascistas coagiam na direção de estabelecer claras definições entre normal e anormal e preservar a divisão do trabalho entre os sexos<sup>25</sup>.

Jacques Le Rider, em *A modernidade vienense e as crises de identidade*, ao comentar a literatura alemã e os temas da *Kulturkritik*, na virada do século XIX para o XX, conclui que se caracterizam por uma recrudescência de obras difamatórias do sexo feminino. Primeiro os

filósofos, depois os psicólogos e os biólogos, assim como historiadores e antropólogos deram provas de um anti-feminismo extremamente violento. É recorrente a dedicação ao tema da inferioridade ontológica da mulher com a demonstração de que a sua única verdadeira vocação seria a maternidade. Ao lado dessa figura feminina, os judeus formam a mesma onipresença em termos negativos. Às visões de feminização da cultura correspondiam as de sua *judaiização*: o anti-feminismo de determinados críticos da modernidade se articulava à lógica do anti-semitismo, conclui Le Rider. A relação se estabelece entre a crise de identidade masculina, a redistribuição do masculino e do feminino, por um lado, e, de outro, a confrontação entre judeus e não-judeus, na perspectiva das ideologias étnicas do século XX. Entre a noção de crise e as estratégias de restauração –, o sentimento de perda de identidade, o questionamento da tradicional polaridade do masculino e do feminino, a crise da identidade judia, o semitismo e o anti-semitismo, durante os nacionalismos militaristas, merece atenção, segundo o autor, o anti-feminismo diante da consciência de feminização da cultura moderna<sup>26</sup>.

Em decorrência, tornou-se exaustivamente comum, no mundo ocidental, o discurso de que somente a virilização da nação, da sociedade, da raça, tiraria os povos da decadência em que se encontravam. “O mais perigoso sintoma da decadência é a desvirilização dos povos”<sup>27</sup>. No livro *A Virilização da Raça*, Mário Pinto Serva adverte:

Nós, brasileiros, precisamos dedicar integralmente todo o nosso estudo, atenção e esforço ao problema do revigoramento físico, moral e mental da raça que povoa o nosso território e que se acha, na sua quase totalidade, sob a ação de vários fatores de degenerescência, decadência e enfraquecimento.

Para salvar o Brasil, havia que se recuperar “a coragem viril, olhar a face do mal, considerá-lo firmemente, examiná-lo com calma, liberdade e frieza...”<sup>28</sup>. O autor informava que:

Já houve quem classificasse as diferentes civilizações em masculinas e femininas, conforme se caracterizam pelo desenvolvimento integral e



coletivo da energia ou pelo intelectualismo individualista e dispersivo. Assim, Roma foi um exemplo de civilização masculina e a Grécia foi o tipo da civilização feminina. Nos dias atuais, a Inglaterra é um exemplo de civilização masculina, ao passo que a França é um tipo de civilização feminina<sup>29</sup>.

As civilizações masculinas se caracterizariam, segundo o autor, por um desenvolvimento transbordante, ao passo que as femininas as acompanhariam de longe e com fraqueza.

Em *Sexo e Caráter*, Otto Weininger também caracteriza as épocas em períodos machos e períodos fêmeas. O Renascimento teria sido um período em que nasciam mais mulheres masculinas e mais homens femininos. Citando Jacob Burckhardt, destaca que “o maior elogio que se poderia tecer a uma italiana daquela época, consistia em afirmar que possuíam um espírito viril”<sup>30</sup>. E também Weininger situa seu próprio início de século, 1900, a um nível culturalmente inferior do que aquele do Renascimento, pois: “se, naquela época, as mulheres estavam armadas das principais virtudes masculinas, parece que no seu tempo ao contrário, sejam as características femininas as que se comunicam aos homens”<sup>31</sup>. As figuras fundamentais da modernidade se caracterizariam por uma profunda desconstrução do masculino e crescimento do feminino. Passando pelo dandismo e pelo homossexualismo, havia, segundo Weininger, uma feminização geral, o que estaria acarretando a decadência estética e moral na virada do século<sup>32</sup>.

O modelo da época dos fundadores, a era bismarckiana, que preparara a expansão econômica, o imperialismo europeu e o progresso científico e técnico definia-se em termos de virilidade heróica: o culto do gênio e do grande homem, estilo monumental à moda antiga em arquitetura e pintura, confiança no progresso, celebração das virtudes guerreiras, patriotismo<sup>33</sup>. Contrapunha-se a virilidade da Alemanha à feminilidade da Áustria. Mas, na interpretação de Jacques Le Rider, o *colosso masculino* alemão tinha pés de barro. O progresso do sensualismo fez crescer o deus Dionísio, deus feminino, no reino de Apolo, o masculino. Para duas gerações de intelectuais, entre eles Nietzsche, a modernidade caracterizava-se pelo

retorno do feminino, o qual minava os fundamentos da ordem moral e da fé no progresso e na ciência<sup>34</sup>. Nietzsche avilta a decadência contemporânea cujos sintomas são, em seu ponto de vista, a confusão e o definhamento dos caracteres sexuais. As mulheres se tornam homens e os homens amolecem fazendo prova de covardia moral. A feminização dos homens e a virilização das mulheres tornavam a humanidade culturalmente estéril e inapta a engendrar personalidades superiores. Em mais de um texto, Nietzsche afirma o desejo de uma nova exposição das atitudes sexuais, uma fecunda polaridade que tornaria a lançar a tensão libidinal entre homens “autênticos” e “verdadeiras” mulheres. Em defesa de Nietzsche, no entanto, lembramos que ele não aderiu à perspectiva desapontadora da separação entre o gineceu e a vida pública. A força do Dionísio, com quem acabara por se identificar, o levou a concluir que “Sim, a vida é uma mulher!”<sup>35</sup>

### Crises de identidade

Elizabeth Badinter aponta que o primeiro corte na história da virilidade moderna manifestou-se no século das Luzes, com a presença das *preciosas*, na França e na Inglaterra, embora cada qual com seu caráter próprio. Ao militarem por um novo ideal de mulher, que levasse em conta a possibilidade da ascensão social e o direito à dignidade, as *preciosas* subverteram os valores sociais tradicionais. Reclamaram o direito ao reconhecimento da mulher e atacaram a pedra angular da sociedade falocrática: o casamento. Os homens – *os preciosos* – que aceitaram as novas regras, foram em número bastante pequeno, mas sua influência nem tanto. Os valores viris diminuíram em grau de importância, ou, pelo menos, não eram ostentados com o objetivo claro de afirmar a masculinidade. Os homens – das classes aristocráticas e da alta burguesia – preferiam, muitas vezes, freqüentar os salões ou manterem tramas sexuais com mulheres, ao invés de se exporem a exercícios físicos nos quartéis<sup>36</sup>. Na Inglaterra, bem cedo, com a Revolução Gloriosa, estabeleceu-se a ligação entre feminização masculina e traição, entre masculinidade tradicional e patriotismo, e as antigas

relações foram restauradas. O revivescimento da moral religiosa foi a resposta encontrada *para pôr a casa em ordem*. Fundamentava-se com a suposta argumentação do “Senhor à Eva após a queda: Esposas submeteram-se aos seus maridos como se submetem a Deus...”<sup>37</sup> Na França, a Revolução Francesa trouxe consigo a reafirmação da separação dual dos sexos. Reforçado pelo Código Napoleônico e ratificado pela ideologia do século XIX, o dualismo oposicional perdurou por mais de cem anos, até o aparecimento dessa nova crise de masculinidade<sup>38</sup>.

O período de paz depois das guerras napoleônicas e das guerras de restauração, os efeitos do feminismo e as implicações do trabalho moderno fizeram com que os homens se sentissem em crise de identidade. Entretanto, no decurso de duas gerações, 1870-1914, surgiu um novo tipo de mulher, ameaçando as fronteiras sexuais impostas. Elas reclamaram seus direitos de cidadãs por inteiro, pretendiam ganhar a vida fora do lar e a educação das meninas tornara-se cada vez mais realidade. Os homens, na Europa e nos Estados Unidos, segundo o trabalho de Elizabeth Badinter, sentiram-se ameaçados em seus poderes pela onda feminista. O que os inquietava era menos a dissolução da célula familiar, com o trabalho da mulher na fábrica, e mais a sua luta por democracia. A mulher independente, ativa e reivindicadora era o antípoda da mulher doce e passiva; era “um homem num corpo feminino, um virago. Só o restabelecimento das fronteiras sexuais libertará o homem da sua angústia de identidade diante desta nova Eva”. A guerra de 1914 surgiu como possibilidade para os homens reencontrarem seu papel tradicional de guerreiro<sup>39</sup>.

O sentimento de crise de masculinidade era concernente tanto à Europa como aos Estados Unidos da América. Todos esses países atravessavam perturbações econômicas e sociais semelhantes, em decorrência das novas exigências da industrialização e da democracia. A vida dos homens se modificava. Cada vez mais numerosos nas fábricas e em tarefas rotineiras e repetitivas, ou na administração de rotinas monótonas, já não encontravam no trabalho o que pudesse realçar suas qualidades tradicionais – força, coragem, plano à distância, golpes de esperteza no traçado do espaço aberto da caça...

O movimento feminista, que nos Estados Unidos mobilizou, praticamente, todas as camadas sociais entre as mulheres, e que na Inglaterra fora marcado pelo movimento das *suffragettes*, inseriu-se nesse momento em que a perspectiva de vida da mulher se alterou como sujeito, indivíduo de corpo inteiro, atriz política e futura cidadã. Mesmo que as condições da vida cotidiana perdurassem, e para muitas nada se alterava, ou, apesar de que o cerco moral se tornasse bastante fechado, as possibilidades de subverter a ordem, de atuar fora do lar, de ter acesso à educação e à participação política, se alargavam. O voto feminino fora uma conquista das mulheres, embora inserida no contexto do esgotamento do voto censitário – representação proporcional ao imposto pago<sup>40</sup> – do Liberalismo do século XIX, com extensão do voto popular às massas – organizadas em partidos diversos e não mais somente entre Conservadores e Liberais –, as quais deveriam ser incorporadas na nova ordem política – industrialismo, militarismo e nacionalismo.

Nem a autoridade dos preceitos bíblicos e a carga de virtude piedosa, nem a virtude cívica da tradição e do sangue foram suficientes para impedir os movimentos organizados de trabalhadores e a luta feminista de repúdio ao arcabouço legal restritivo<sup>41</sup>.

No Brasil, Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910, tinha o objetivo de fazer ressurgir no Congresso Nacional o debate sobre o voto feminino, que havia sido deixado de lado desde a Constituinte de 1891. O partido atuava através do *lobbying* em cima dos membros do Congresso e na imprensa para mobilizar a opinião pública. Na década de 20, multiplicaram-se os movimentos feministas, ganhando visibilidade, seja por conta da Liga para a Emancipação da Mulher, fundada por Maria Lacerda Moura e Bertha Lutz, seja por conta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que trouxe maior impulso à questão do voto, inspirados nos movimentos feministas norte-americanos e europeus, de caráter filantrópico, político, sufragista ou profissional, os quais expressaram uma situação nova, em que a mulher procurava novos caminhos para superar as condições tradicionais dentro da casa e no interior da fa-

mília. O movimento sufragista mobilizou, no ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna essa luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX, no Brasil. Embora o Projeto tenha ficado na gaveta até o final da década de 20, o direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente em diversos Estados da Federação. Quando, em 1932, Getúlio Vargas promulgou por decreto-lei o direito ao voto feminino, este já era exercido em 10 Estados brasileiros<sup>42</sup>.

Embora, em alguns aspectos, o movimento sufragista venha acompanhado de um discurso conservador, em vários outros os objetivos ultrapassavam a luta pelo voto: demanda por iguais oportunidades educacionais e políticas, maiores salários, menos horas de trabalho, condições de higiene e segurança nas fábricas, assistência hospitalar, seguro de acidentes, férias remuneradas, enfim, toda a gama de reivindicações dos trabalhadores masculinos. Isso denota a ativa participação de mulheres no mercado de trabalho, fora da esfera do lar. A crescente industrialização abriu-lhes oportunidade de emprego na indústria, no comércio, nos serviços, na administração. A realidade econômica veio, aos poucos, rompendo com a dedicação exclusiva das mulheres ao lar, especialmente as de classe média, levando-as a participar do mundo exterior, de forma um tanto contundente e, talvez, assustador para os que não viam com “bons olhos” essas *novas Evas* reivindicando democracia sexual.

Essa liberação da mulher foi percebida e problematizada com ênfase no programa integralista. “Queremos que a mulher nunca se veja obrigada pela insuficiência do trabalho do marido a abandonar a casa e os filhos, para procurar trabalho fora do lar”, pregava a 8ª reivindicação de um manifesto, publicado no Jornal *Anauê*, de Joinville em Santa Catarina<sup>43</sup>. Plínio Salgado, suspirando de nostalgia pelas “épocas de pudor e de recato, não esconde a sua antipatia em relação à luta da mulher à procura da emancipação que a torna mais escrava, mais miserável, mais deslocada do centro de interesses da espécie e da própria sociedade”<sup>44</sup>. Pregando a volta da mulher ao seu *verdadeiro* lugar, o lar, o discurso de Plínio Salgado recomendava que suas “virtudes” não fossem esquecidas. O *desvio* teria começado por “essa forma romântica que se batizou com o nome

de feminismo e que antes deveria chamar-se masculinismo”<sup>45</sup>. Isso porque as mulheres, trabalhando fora de casa, estavam se masculinizando, enquanto os homens estavam se afeminando, tendo “o homem que exercer certos serviços do *menage*, como é hoje comum em certas metrópoles dos arranha-céus”<sup>46</sup>. Plínio Salgado afirmava: “a mulher desvaloriza-se na indistinção dos sexos, e, em consequência, o homem rebaixa-se perdendo o seu teor viril”, tão caro aos países na defesa militar.

Ao publicar a conferência proferida em Portugal, em 1946, *A Mulher no Século XX*, em forma de livro, Plínio Salgado ofereceu-o “às mães, esposas, noivas, irmãs, da Nação Portuguesa e da Pátria Brasileira”. Em face do avanço do progresso técnico e do desenvolvimento das indústrias, da alteração dos costumes na era das máquinas, dever-se-ia perguntar sobre o papel da mulher. Perdidos os fundamentos espirituais e cristãos da vida humana, tornar-se-ia impossível compreender a *alma feminina* e o papel *que pertence a mulher* na família, na sociedade e na nação. Enfatizava, Plínio Salgado, que somente

[...] dentro do realismo cristão, a mulher encontra a fórmula higiênica da sua plena realização social, na euforia física e moral dos equilíbrios perfeitos do corpo e do espírito, sintonizados segundo os seus fins biológicos e os seus fins sobrenaturais e, portanto, preparada para enfrentar todas as circunstâncias e necessidades dos novos tempos<sup>47</sup>.

A mulher deveria realizar-se na sua plenitude biológica. E perguntava, qual é o critério para a mulher atingir sua finalidade? Primeiro teria que estabelecer de forma nítida o conceito de mulher e, segundo, tornar claro o que se entende por igualdade, *já que a palavra mágica, igualdade* vinha sendo usada também pelas feministas emancipadoras.

### O retorno das identidades falocêntricas: a Mariologia

Uma das facetas mais fortes do discurso espiritualizante do programa da Ação Integralista Brasileira foi a sua arraigada atitude

moralizante: a dessexualização do corpo como imperativo essencial das mensagens políticas corporais de gênero. A apologia da mãe, descarnalizada, tinha como função convertê-la no suporte da família indispensável ao fortalecimento do Estado. “Sem família não há dignidade do Estado”<sup>48</sup>. Prova disso, a identificação entre mãe e nação. “Somos todos irmãos, filhos da mesma genitora – a pátria – e do mesmo pai – o dever”<sup>49</sup>. Ou, como gostava Goebbels de dizer, “Nunca se esqueça que o seu país é a mãe de sua vida”<sup>50</sup>.

No mundo ocidental, o dogma da Imaculada Conceição, definido por Pio IX, em 1854, na tentativa de restaurar a Igreja Católica, vinha associada à revitalização da espiritualidade, com ênfase da alma sobre o corpo e da suprema importância da vida eterna a que a alma estava inevitavelmente destinada. Um aspecto fundamental da espiritualidade cotidiana era a devoção à Virgem Maria. Se o parto preservava intacta a virgindade de Maria, seu corpo deveria permanecer incorrupto depois de sua morte<sup>51</sup>. A mãe de Jesus passa, assim, a ser o modelo ideal, sofredora e abnegada na dedicação ao filho. Seu canto de ternura maternal “Dorme, dorme, criancinha/que a mamã vela por ti... é o canto de todas as mães, de todos os povos, de todos os tempos”<sup>52</sup>.

O corpo desvalorizado; os sentidos, a parte mais degradante do ser humano. Para Custódio Viveiros, “dois sentimentos levam os homens ao desespero: a ânsia de bens materiais e o culto do sensualismo. Quase todos os crimes humanos giram em torno desses dois objetivos – dinheiro e mulher”<sup>53</sup>. Para Plínio Salgado, Roma caiu em decorrência da preocupação sexual “impositiva e absorvente nos costumes do Império”<sup>54</sup>. Os dramas sexuais levaram José a sofrer os mais duros momentos de sua vida, e Maria, percebendo-o, sofreu os mais duros vexames, até que as dúvidas se dissipassem<sup>55</sup>. Em Gustavo Barroso, o “amor livre” não passa de uma prostituição institucionalizada<sup>56</sup>. A espiritualização do corpo e do amor constituiu a contrapartida do ódio à sexualidade. A mulher, dessexualizada, só teria valor, portanto, ao realiza-se na função procriativa.

No integralismo, a desvalorização rancorosa da sexualidade inscreveu-se como estratégia de combate a um de seus principais

inimigos: o socialismo. Seu grande pecado foi fazer *do prazer circunscrito à vida terrena, o único objeto da existência humana*. O comunismo vinha associado ao materialismo, ao ateísmo, ao sensualismo, à grosseria dos sentimentos, à expansão desenfreada dos instintos. Não só o comunismo, mas também o liberalismo era visto com uma ideologia que enfatizava as manifestações sexuais, as práticas pecaminosas, as imoralidades, a dissolução dos costumes... As investidas contra essa dimensão *materialista* da existência eram freqüentemente empreendidas com base numa ética moralista: manter “o mísero corpo” em constante e rigorosa vigilância, pois ele é fortemente “inclinado a praticar pecados e a entregar-se aos vícios”. Para Gustavo Barroso, a função precípua dos camisas-verdes seria “salvar o Brasil das orgias democráticas e das bacanais comunistas”<sup>57</sup>.

A *maior dose de espiritualidade* no programa brasileiro, embora um dos traços nucleares desse aspecto tenha sido usado pelos *camisas-verdes* a fim de mostrar a sua autonomia em relação aos fascismos europeus, não encerra, contudo, a totalidade da configuração ideológica do seu discurso. A sua doutrina, baseada no tripé Deus/Pátria/Família, é enunciada com as conotações religiosas, políticas (nacionalistas) e morais. No seu discurso, o registro de algumas palavras em maiúsculas, a exemplo de Alma, Espírito, Cristão, Pátria, Família, Estado, etc., reforça o primado axiológico do espiritualismo sobre o materialismo, tanto no que se refere ao socialismo e ao marxismo, como ao capitalismo, pela perda dos valores espirituais e apelo ao utilitarismo.

A reestruturação da sociedade só viria, pois, sob os princípios do Cristianismo. O livro que reúne, de forma mais acabada, seu pensamento, e de grande sucesso à época, é

Vida de Jesus: Cheguei, assim, à plenitude das minhas aspirações, porque vejo agora aberto, evidente, convidativo, o Caminho, o único Caminho. Vejo-o porque brilha no céu da minha vida o Sol Verdadeiro, o Salvador do Mundo, a Quem peço humildemente que nunca deixe de brilhar aos meus olhos indignos dEle, mas confiantes na sua Infinita Bondade<sup>58</sup>.



Nas palavras do Cardeal Patriarca de Lisboa, “[...] Vida de Jesus de Plínio Salgado [a mais bela obra sobre Jesus que já havia lido] é, de fato, a vida de Jesus feita com a inteligência, com a alma e com o coração”<sup>59</sup>. Na apresentação da edição italiana, Mondrone afirma que Plínio Salgado pusera

[...] como fundamento do programa integralista a fé em Deus, na imortalidade da alma, no destino eterno do homem. Daí originava-se como conseqüência a concepção espiritualista da história, da economia, da sociedade, do Estado [...] da tutela da família, da indissolubilidade do matrimônio, da educação da prole, das relações entre o Estado e a Igreja<sup>60</sup>.

Exilado em Portugal entre 1939 e 1945, onde terminou de escrever *Vida de Jesus*, em 1940, em “pleno clima dos festejos das comemorações Centenárias”, Plínio Salgado era convidado a proferir conferências e palestras a pedido de associações e entidades católicas. Com a postura de *apóstolo* de Cristo, pronunciou, em 1946, uma conferência intitulada *A Mulher no Século XX*, dirigida às mulheres portuguesas:

A minha intenção, de resto, é propagar em cada uma dessas oportunidades que se me oferecem, algumas idéias, bem antigas e sempre novas, sobre verdades que, por muito evidentes, passam despercebidas daqueles a quem mais importam. De fato, os temas variam de conferência a conferência, mas o pensamento central é sempre o mesmo, isto é, aquele que expedi na Vida de Jesus cujas centenas de páginas podemos sintetizar dizendo que Cristo é o único solucionador de todos os problemas humanos<sup>61</sup>.

O integralismo brasileiro, aqui analisado através da obra de Plínio Salgado, associa-se, pois, tanto aos regimes fascistas, nacionalistas, quanto às diretrizes da Igreja Católica da primeira metade do século XX, que vinha investindo na sua restauração, condenando todo o cortejo de implicações trazido pela modernidade. Em seu famoso *Sumário de Erros*, de 1864, Pio IX denunciava 80 proposi-

ções modernas, entre elas o socialismo, a maçonaria, o racionalismo, o progresso, o liberalismo, tudo, enfim, que se relacionasse com a *civilização moderna*, centrada, segundo o Pontífice, no Homem e nas ideologias que vinham semeando o erro desde a Revolução Francesa. O *I Concílio Vaticano*, convocado por ele em 1869, propunha restaurar a Igreja. O renascimento da filosofia cristã de São Tomás de Aquino proporcionaria o bastião contra as idéias modernas<sup>62</sup>.

No começo do século XX, Pio X deu continuidade a essa cerrada política religiosa para “restaurar todas as coisas cristãs”. No decurso de seu pontificado, de 1903 a 1914, ele impulsionou o ensino do catecismo, a regularidade da Comunhão e da Confissão, como características rotineiras da vida. Baixou a idade das crianças de 11 para 7 anos para receberem a Eucaristia e elevou a celebração a uma cerimônia em trajes brancos e com um almoço em família. Enquanto Leão XIII fazia concessões e tentava chegar a um acordo com o mundo moderno, o Papa Pio X desconfiava de todas as coisas intelectuais e modernas, vindo a lançar, em 1907, *Lamentabili*, condenando 65 proposições modernistas. Havia nele o terror da desintegração da Igreja, condenando todos os aspectos da modernidade política e social<sup>63</sup>. Essa política católica empreendida pelo papado vai perdurar até finais da década de 50, passando pelo pontificado de Pio XI e Pio XII.

A *mariologia* disseminou-se como culto da figura materna sob a metáfora de Maria Imaculada. “O que acontece no mundo, depende da interferência de Maria junto a seu Filho, para reprimir o poder de Satã, vencendo a guerra e a discórdia”<sup>64</sup>. O papa Pio XII endossou as visões de Fátima, apegado a uma de suas mensagens: que os fiéis rezassem contra o comunismo; e os ditadores de Portugal e Espanha, Salazar e Franco, celebraram seu culto como símbolo nacional de solidariedade fascista. Desde 1940 o generalíssimo Franco usava, ainda, o culto à Assunção, associado na Espanha com o reinado de Maria no Paraíso, como base de mobilização contra o comunismo<sup>65</sup>. Em 1930 o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil. Em 31 de maio de 1931, o Cardeal Leme dirigiu a sua proclamação no Rio de Janeiro, mostrando ao Presidente Vargas todo “o poder que uma pequenina imagem de barro é capaz de emanar”<sup>66</sup>.

A bula papal de 1950, que definira o dogma da Assunção de Maria, veio impregnada de significados: o triunfo de uma pessoa que combinara obediência e castidade para superar o tempo, a corrupção e a morte. A metáfora central enfatiza o dualismo entre a corruptibilidade do tempo e da gratificação sexual, de um lado, e a incorruptibilidade dos reinos do espírito e da castidade, de outro<sup>67</sup>. No mesmo ano houve a canonização de Maria Goretti, uma menina camponesa que cometera suicídio para livrar-se do ataque sexual de um residente de sua casa. Pio XII afirmou que a canonização de Goretti era merecida “por ter derramado seu sangue em vez de macular sua pureza”<sup>68</sup>.

### **O retorno das identidades falocêntricas: à guisa de conclusão**

A proposição do retorno das tradicionais identidades falocêntricas tornara-se recorrente entre os pensadores, ideólogos, políticos, religiosos, médicos, educadores, sexólogos, frente ao sentimento de perda da masculinidade, ou da virilidade, que se abatera sobre as nações, as artes, as sociedades, de modo geral, nos finais do século XIX e inícios do XX. Tanto a identidade masculina, em crise, quanto a identidade feminina, em vias de mudanças, deveriam ser reafirmadas. Segundo Elizabeth Badinter, o longo período de guerras, – I Guerra Mundial e II Guerra Mundial – constituíra-se na oportunidade para o reaparecimento em cena do velho herói guerreiro.

No Brasil, homens e mulheres transformaram-se em objetos discursivos, reprodutores de uma prole que constituísse a melhoria da raça, de corpo energético, saudável e disciplinado<sup>69</sup>. Em meio ao discurso eugenista, à cruzada moralista da Igreja Católica, ao movimento espiritualizante do integralismo, à ideologia militarista e nacionalista na perspectiva da etnia brasileira, ou do processo de modernização e civilização, os investimentos no corpo de homens e mulheres tinham por princípio a definição clara, ou re-definição, do que deveria ser o masculino e o feminino.

Para Plínio Salgado, “jamais” deveria haver “igualdade na formação dos dois sexos”<sup>70</sup>. A mulher não deveria ser “nem boneca e

nem soldado, nem mulher homem e nem mulher brinquedo”<sup>71</sup>. A mulher, do “mesmo modo que o homem, é um ser de tríplice expressão: física, intelectual e espiritual, ou ainda: econômica, cívica e espiritual”<sup>72</sup>. Dentro dessa tríplice concepção, a mulher é absolutamente igual ao homem, tendendo ao mesmo fim. Tudo o que é lícito e bom para ele, também é bom e lícito para ela. Ambos têm necessidades, aspirações, direitos e deveres tanto no que concerne à sua subsistência física, como à interferência na vida político-social e às aspirações religiosas. No entanto, eles e elas se realizariam na complementaridade. O homem, responsável pela condução dos destinos da mulher por ser naturalmente mais forte e capaz, a mulher integral, a mulher que se realiza na sua “plenitude biológica e espiritual”, não é nem inferior, nem superior ao homem, mas diferente. Essa diferença manifesta-se na maternidade. Toda ação da mulher no meio social tem de proceder dessa função. Não importa que, *em razão de qualquer motivo justo*<sup>73</sup>, ela não tenha seus próprios filhos. “Para ser mãe psicologicamente, familiarmente, socialmente, intelectualmente, e até politicamente, não importa o ter ou não ter filhos. O essencial é que a ação da mulher no seu meio, se exerça num sentido maternal”<sup>74</sup>.

A maternidade não seria apenas uma função física, mas principalmente moral. Não terminaria no nascimento, no aleitamento, nem nos primeiros cuidados da idade pueril; ela continuaria por motivos religiosos e razões científicas. “Ela é acima de tudo a que prepara as futuras gerações, a que mantém o tipo social mais conveniente à vitalidade do Estado, aos destinos nacionais e às supremas finalidades do Espírito”<sup>75</sup>. Uma nação em que as mães não exerçam esse significado espiritual não teria homens e mulheres dignos; uma sociedade constituída por tais elementos não construiria uma civilização. A missão que compete à mulher é, pois, física, intelectual e moral, cooperadora da vida da família e da nação, e deveria estar preparada pelo saber, educação e domínio da técnica da Era Moderna para exercer tais funções.

Num grande leque de práticas, para além das campanhas integralistas, a atenção de médicos, psicólogos, sexólogos, educadores, juristas, e de instituições como o Exército, a Igreja, a Escola,

ou de áreas, como artes, cinema, literatura, prescrevia-se a normatização da sexualidade, coibindo-se todo e qualquer comportamento desviante da cópula “saudável e perfeita”. A tônica recaía na afirmação de que a diferença entre os sexos era algo indiscutível. As mulheres, com seu desenvolvimento obstado pela ovulação e correspondente menstruação, por volta dos treze anos, estariam sempre “acampadas próximas da adolescência. São eternamente, crianças grande”<sup>76</sup>, disse o médico-legal-sexólogo-educador, Afrânio Peixoto. Os homens prosseguiriam o seus desenvolvimentos até os 20 anos e, por isso, chegariam à plena maturidade<sup>77</sup>. Seria absurdo o feminismo ter a pretensão de emendar a natureza. “O ideal do feminismo justo é a desigualdade relativa de funções de cada sexo na sociedade, hoje que as mulheres têm direito a não ter apenas filhos, como razão única de existirem”<sup>78</sup>. Mas,

[...] não é macaquear o homem, imitá-lo, contrafazê-lo, que deve ser a reivindicação feminina. Igualdade diante da lei, seja; igualdade intelectual, econômica, sentimental, política, sim. Mas diferentes. Cada um como a sua natureza os fez<sup>79</sup>.

Apesar de os programas de Educação Física nos currículos escolares serem um só para ambos os sexos, eram explicitamente separados: determinavam que se ensinasse ginástica rítmica apenas às meninas, atividade tida como apropriada para mulher. A interpretação por meio de gestos e atitudes, da emoção provocada pela música, também deveria ser exclusiva das meninas, enquanto as evoluções militares seriam executadas apenas pelos meninos. Os jogos eram outro sinal de separação por sexo. Para os meninos, jogos de força, de persistência e combatividade; para as meninas, aqueles que lhes davam graça, que eram delicados, que educavam o gesto e o andar<sup>80</sup>. Afrânio Peixoto, no seu livro mais conhecido na área da educação, *Eunice ou A Educação da Mulher*, pedia a educação sexual e o ensino da puericultura desde o curso primário, “pois é na infância que as meninas mais se interessam pelas bonecas e, aprendendo a tratá-las, aprenderão do mesmo modo a cuidar de bonecas vivas, de amanhã”<sup>81</sup>.

A diferenciação biológica tornou-se a determinante das relações sociais. Homem e mulher, conscientes de seus limites e de seus deveres complementares, designados por Deus ou pela natureza, concorreriam para o perfeito funcionamento da sociedade. Ela deveria participar ativamente no “aperfeiçoamento das qualidades e, conseqüente, redução das imperfeições humanas”. Para exercer tal função, deveria ser saudável e enérgica, inteligente e bela, desportiva e esportiva, semeadora de otimismo, “porém não perdendo de vista, que a mulher foi feita, biologicamente, para o lar”<sup>82</sup>. Portanto deveria tornar-se parte ativa da regeneração da raça, mas sem masculinizar-se, sem querer ser uma concorrente do homem.

O retorno das identidades falocêntricas, o empenho discursivo e disciplinar para enquadrar homens e mulheres em papéis de gênero, o fascismo ou as democracias liberais da primeira metade do século XX, ao empreenderem políticas de desenvolvimento, acompanhadas de civismo e nacionalismo, inseriram as mulheres nessa *comunidade imaginada* que é, segundo Benedict Anderson, a nação<sup>83</sup>, embora, lembra Macciochi, na brutal teorização dos fascistas – o sistema mais completo de dominação falocrático-industrial –, o investimento do desejo feminino, ou o consenso obtido pelos regimes fascistas, não encontra lugar numa análise que implique na aparição da mulher como protagonista, mesmo que estúpida ou cúmplice, lúcida ou consciente<sup>84</sup>.

Como exemplo da atuação de mulheres nas frentes nacionalistas, podemos citar a integralista Edth Ott que manifestou seu dever de patriota nesses termos:

[...] companheiras, muito maior é o nosso dever – o mais sagrado dever das brasileiras –, é nos levantar e erguer os braços junto aos nossos companheiros camisas-verdes, para implantar de vez em nossa ensangüentada Pátria, a ordem, a disciplina e o respeito. Somos nacionalistas e, em nossa primeira linha de defesa, estão os altos interesses da Nação Brasileira.

Amparava-se em Deus – baseado nos princípios cristãos da justiça e da moral – para lutar contra os ataques do Comunismo

que, dizia, vinha minando a família e a Pátria. Propunha unir-se aos homens para cerrar fileiras

[...] contra as castas internacionais que estariam pondo em risco a integridade da nação: os judeus, os comunistas, os grupos financeiros. É por isso que somos fascistas, minhas companheiras, integralistas, no sentido de união, porque precisamos nos unir para, com eficácia, combatermos todos esses elementos traiçoeiros que tentam contra nossa moral, contra nossas famílias e contra a própria nacionalidade brasileira<sup>85</sup>.

Para outra integralista, Carmem Pinheiro Dias, a família era o centro por excelência da atuação da mulher. Dela dependem o esposo, o filho, o pai, o amigo para o bem pessoal de cada um. O respeito à diferença entre homens e mulheres traria o equilíbrio do mundo e a estabilidade da vida humana<sup>86</sup>. Margarida Corbisier conclamava a Ação Integralista Brasileira a utilizar a cooperação das “inúmeras moças e senhoras inscritas nas suas fileiras”, na forja de caracteres morais para o futuro cristão do Brasil Integral. Dizia que concordava com a igualdade entre homens e mulheres, destinados aos fins sobrenaturais, mas, concluía: “[...] entre o homem e a mulher (há) um complexo de espírito e corpo em unidade substancial, entre ambos uma profunda diversidade psicológica”. Essa diversidade refletir-se-ia pelas diferentes atribuições na sociedade, numa colaboração complementar e harmoniosa.

Dados estes princípios – [dizia] – compreendemos toda a falsidade e o abuso das teorias ‘masculinizantes’, que esquecem o valor como pessoa moral e a isolam do convívio social; e a igual falsidade e abuso dos conceitos feministas que negam a diferença entre a função da mulher e do homem<sup>87</sup>.

Esta absorção de mulheres nos *destinos da nação*, o discurso direcionado a elas como co-participantes na construção da nacionalidade, nos sugere pensar na ambigüidade ou, pelo menos, na complexidade das relações de gênero. O nacionalismo, com sua

ideologia fascista, mobilizou os desejos femininos em relação ao Estado, proporcionou sua entrada, a despeito do reforço do papel maternal, no domínio público da nação. Se antes, no século XIX, as obrigações cívicas, a dedicação aos deveres patrióticos, a cidadania, eram valores masculinos; se para a manutenção da nação exigia-se a habilitação do soldado-cidadão; se à mulher cabia o domínio do privado e da intimidade do lar, para construir a civilidade burguesa, agora a missão de cuidar dos filhos vinha sob o manto do civismo e de política pública nacional. Além disso, a economia moderna exigia mão-de-obra, não só mais numerosa como também mais qualificada, ampliando as exigências de educação e formação para as mulheres. Nos países europeus havia ainda a economia de guerra que demandava o trabalho delas nos setores produtivos. Se por um lado os Estados nacionais exigiam mais de seus cidadãos, tornando-os alvos da intolerância frente à diversidade e aos desvios, sob o signo da esfera familiar, por outro, tornou-se difícil sustentar o discurso da virtude *vitoriana*.

### Notas

1. Este artigo foi publicado inicialmente em *Faces de Eva*. Estudos sobre a mulher. Lisboa: Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, nº 7, 2002, p. 45-76.
2. Papa Pio XII, Sermão, em 1945, a três mil mulheres da Ação Católica. Apud SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949 – 1ª edição no Brasil. p. 75.
3. Salgado, 1949, p. 73.
4. Gênesis.
5. KERBER, Linda K. Separate spheres, female worlds, woman's place: the rhetoric of women's history. *The journal of American history*. Vol. 75, n. 1; junc, 1988.
6. Cf. SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
7. Ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. A política da beleza. Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. *Diálogos latino-americanos*. Universidade de Aarhus/Centro de Estudos Brasileiros, 1/2000, p. 88-109.
8. Ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. Fronteiras celibatárias. Nação, corpo e etnia. In: *História: Fronteiras*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. Florianópolis-SC, 1999, p.783-817.
9. Kerber (1998).
10. Ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. O amor-perfeito ou a medicalização do sexo. In: *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1999, p. 203/233.
11. GRAZIA, Victoria de. *How fascism ruled women. Italy, 1922-1945*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992, p. 1-4. ("Mussolini's regime stood for returning women to home and hearth, restoring patriarchal authority, and confining female destiny to bearing babies, p. 3).



12. Cf. PAYNE, Stanley G. *A history of fascism – 1914-1945*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1995.
13. STERNHELL, Zeev. *The birth of fascist ideology*. From cultural rebellion to political revolution. New Jersey: Princeton University Press, 1994, p. 4-6.
14. VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia curupira*. Análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 18.
15. Cf. TRINDADE, Hégio. *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difel, 1974.
16. Vinda das discussões sobre a eugenia. Esta era tida como a redentora da humanidade. Como ciência, seu papel era investigar a geração para detectar, na genealogia familiar, a presença de elementos degenerativos; como arte, ela aplicaria os meios para produzir a boa geração; como ramo da medicina social, ela seria medida eficaz contra os males causadores da *degeneração da espécie* e do *abastardamento da raça*.
17. Cf. WILSON, Fiona and FREDERIKSEN, Bodil Folk. *Ethnicity, gender and the subversion of nationalism*. London: Frank Cass, 1995, p. 2-3.
18. HAWTHORNE, Melanie and GOLSAN, Richard J. *Gender and fascism in modern France*. Hanover and London: University Press of New England, 1997, p. 1.
19. Apud Hawthorne and Golsan, 1997, p. 27.
20. Hawthorne and Golsan, 1997, p. 10.
21. Apud Hawthorne and Golsan, 1997, p. 29.
22. Cf. Hawthorne and Golsan, 1997, p.4.
23. THEWELEIT, Klaus. *Male fantasies*. Translated by Erica Carter and Chris Turner. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987, VI – Women, floods, bodies, history; V.2 – Male bodies, psychoanalyzing the white terror.
24. MOSSE, George L. *Nationalism and sexuality*. middle-class morality and sexual norms in modern Europe. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1985.
25. *Ibidem*, p. 153.
26. RIDER, Jacques Le. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Tradução de Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
27. SERVA, Mário Pinto. *A virilização da raça*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
28. *Ibidem*, p. 8.
29. *Ibidem*, p. 78.
30. Apud Rider, 1992, p. 175.
31. *Ibidem*, p. 176.
32. *Ibidem*, p. 176.
33. *Ibidem*, p. 177.
34. *Ibidem*, p.179-180
35. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. (Trad. M. Pugliese, E. Bini, N. Lima) São Paulo: Tecnoprint S.A. [s.d], p. 166.
36. BADINTER, Elizabeth. *Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, pp.15/18.
37. BRESCIANI, Maria Stella Bresciani. *O anjo da casa*. História & Perspectiva, Uberlândia, (7): 191-223, jun/dez. 1992, p. 201.
38. Badinter, 1993, p. 15/18.
39. *Ibidem*, p. 15/18.
40. Bresciani (2001).
41. *Ibidem*, p. 208.
42. Cf. LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve*

- história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993. HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. (Introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares). São Paulo: Cortez, 1989. ALVES, BM. e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
43. ANAUÊ, nº 7, Joinville, SC. 31/08/35, p.2.
  44. SALGADO, P. **Madrugada do espírito**. Lisboa: Pro-Domo, 1946, p. 188.
  45. Salgado, 1946, p. 109.
  46. Ibidem, p. 105.
  47. Ibidem, p. 102.
  48. Ibidem, p. 121.
  49. Apud Vasconcellos, 1979, p. 15.
  50. Apud Vasconcellos, 1979, p. 15.
  51. Cf. CORNWELL, John. **O papa de Hitler**. (Trad. A. B. Pinheiro de Lemos), 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 384.
  52. Salgado, 1946, p. 140.
  53. Apud Vasconcellos, 1979, p. 29.
  54. SALGADO, Plínio. **Vida de Jesus**. Obras Completas. 2ª ed. São Paulo: Editora das Américas, [s.d]. I Tomo, p. 85.
  55. Ibidem, p. 64.
  56. Apud Vasconcellos, 1979, p. 29.
  57. Ibidem, p. 29.
  58. Salgado, 1946, p. 11.
  59. Palavras de Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa (apud Salgado, [s.d], p. 9).
  60. Apud Salgado, [s.d], p.16.
  61. Salgado, 1949, p. 8.
  62. Cf. Cornwell, 2000, p. 16-25.
  63. Ibidem, p. 49-51.
  64. Pio XII apud Cornwell, 2000, p. 303.
  65. Cornwell, 2000, p. 386.
  66. FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: SACHS, Viola. **Brasil & EUA: religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 90.
  67. Cornwell, 2000, p. 384.
  68. Ibidem, p. 387.
  69. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986, p.79.
  - SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo da raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
  70. Salgado, 1949, p. 135.
  71. Ibidem, p. 107.
  72. Ibidem, p. 69.
  73. Ibidem, p. 73.
  74. Ibidem, p. 74.
  75. Ibidem, p. 94.
  76. PEIXOTO, Afrânio. **Eunice ou a educação da mulher**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson, Inc. Editores, 1947, p. 178.
  77. Ibidem, p. 181-182.

*O MITO DE ADÃO E EVA REVISITADO: ACERCA DO MASCULINO E DO FEMININO NA CULTURA DA NAÇÃO*

78. *Ibidem*, p. 184.

79. *Ibidem*, p. 279.

80. Cf. SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos à marcha! Meninas à sombra!** A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). Campinas/SP: UNICAMP, Faculdade de Educação, 1994. (Tese de Doutorado, p. 75-81).

81. Peixoto, 1947, p. 175-176.

82. BOLETIM DE EUGENIA. Vol. I – nº 1. Rio de Janeiro, janeiro de 1929, p. 1.

83. Para usar uma expressão de ANDERSON, Benetict. **Nação e consciência nacional**. (Trad. Lólio Lourenço de Oliveira). São Paulo: Ática, 1989.

84. MACCIOCHI, Maria Antonieta. **Elementos para uma análise do fascismo**. (Trad. Maria Eduarda Correia). Lisboa: Bertrand, 1977, p. 91.

85. OTT, Edith. O papel da mulher brasileira, em face do Integralismo. JORNAL DE JOINVILLE. Nº 146, 01/04/1935, p. 1.

86. DIAS, Carmem Pinheiro apud FARIA, Aldenira Maria Piedade de. **A construção do gênero nos discursos do Partido Comunista do Brasil e da Ação Integralista Brasileira (1935-1979)**. Brasília: Unb, 1995. (Dissertação em Política Interna do Brasil), p. 206-208.

87. CORBISIER, Margarida C. Albuquerque apud FARIA, 1995, p. 203-206.